



**10º ENCONTRO** CIÊNCIA POLÍTICA E A POLÍTICA:  
MEMÓRIA E FUTURO  
Associação Brasileira de Ciência Política

Belo Horizonte  
30 de agosto a 2 de setembro - 2016

**Área Temática:** Gênero, Democracia e Políticas Públicas

**Coordenadoras:** Flavia Biroli (UnB) e Marlise Matos (UFMG)

**FEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS, ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: ANÁLISE  
COMPARADA CHILE E ARGENTINA (2006-2011)**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva

Nayra Thamires Alves Ramos

**Julho/2016**

**Rio de Janeiro**

## FEMINISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS, ENTRE O DISCURSO E A PRÁTICA: ANÁLISE COMPARADA CHILE E ARGENTINA (2006-2011)

Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva <sup>1</sup>

Nayra Thamires Alves Ramos <sup>2</sup>

**Resumo:** Nos últimos 10 anos, alguns países da América Latina experimentaram a ascensão de movimentos sociais de diversas categorias. Os processos de redemocratização pelos quais passaram esses países foram importantes para dar visibilidade às demandas sociais e políticas de setores excluídos da sociedade, em particular, as causas reivindicadas pelas mulheres. No que tange o movimento feminista, questões que envolvem políticas públicas voltadas para a promoção e desenvolvimento da igualdade de gênero ganharam contornos mais expressivos após a eleição de Michelle Bachelet, em 2006, e Cristina Kirchner, em 2007, para a Presidência da República no Chile e na Argentina, respectivamente.

Desta forma, nosso objetivo neste trabalho é mostrar de que forma as presidentas Michelle Bachelet, no Chile, e Cristina Kirchner, na Argentina, alinharam, em seus primeiros mandatos, o discurso sobre a igualdade de gênero e o incentivo à políticas públicas voltadas para promover essa causa. Para avaliarmos se existe relação positiva entre o discurso e a prática, serão analisados os pronunciamentos de ambas as presidentas no âmbito das Assembleias Gerais da ONU, entre 2006 e 2011, e as políticas públicas executadas no mesmo período, incluindo a implementação de políticas de cota no legislativo.

**Palavras-Chave:** Feminismo, Chile, Argentina

---

<sup>1</sup> Graduanda em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), bolsista pelo Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD) do CAPES e assistente de pesquisa no Grupo de Pesquisa em Relações Internacionais e Sul Global (GRISUL) da mesma universidade.

<sup>2</sup> Graduanda em Ciência Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

## 1. INTRODUÇÃO

No início dos anos 2000, acompanhamos uma série de eventos políticos protagonizados por movimentos sociais na América Latina. A ascensão de partidos progressistas para chefiar o Poder Executivo nacional culminou com o aumento da visibilidade dada às causas sociais e aos setores marginalizados da sociedade. O crescimento dos chamados “novos movimentos sociais” trouxe ao centro do debate um conjunto de questões que até então haviam sido negligenciadas pelo poder público. No mais, a redemocratização dos países latino americanos possibilitou que as discussões envolvendo a desigualdade de gênero fossem postas em pauta em toda a região.

Junto a esse novo protagonismo dos movimentos sociais está a eleição de mulheres para ocuparem a presidência da República. Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) o aumento da presença de mulheres na presidência dos governos na América Latina – não só no Poder Executivo – como também no parlamento, no Poder Judiciário e outros âmbitos de tomada de decisões, “faz parte da presença e do reconhecimento de um novo sujeito da política e das mudanças que experimentaram as democracias na região, o que modificou a imagem e a atividade dos espaços de poder” (CEPAL, 2013).

Entre 2003 e 2011 foram eleitas seis presidentas na América Latina e Caribe<sup>3</sup> de acordo com o Observatório da Igualdade de Gênero (OIG) da CEPAL. Ao longo desse processo foi derrubada a crença de que as mulheres eram incapazes de governar e tomar decisões. Hoje, pelo contrário, existe uma nova percepção sobre o papel exercido pelas mulheres no espaço público. Atualmente há uma maior valorização da presença das mulheres nos mais altos cargos de tomada de decisões, apesar das dificuldades que ainda persistem nas diversas instâncias de poder (CEPAL, 2013).

Na Argentina, a eleição de Cristina Kirchner, pelo Partido Justicialista – Frente para a Vitória (FpV), em 2007, foi um avanço para a história política do país. Sendo a primeira mulher eleita presidente, Cristina Kirchner foi responsável por um salto nas políticas implementadas por seu antecessor Néstor Kirchner. Seu governo foi marcado por uma

---

<sup>3</sup> Em 2006 Michelle Bachelet elegeu-se presidenta do Chile e Portia Simpson-Miller foi nomeada Primeira-Ministra da Jamaica. Cristina Fernández de Kirchner foi eleita presidenta em 2007 e em 2010 três mulheres foram eleitas para dirigir seus países: Laura Chinchilla e Dilma Rousseff como presidentas da Costa Rica e do Brasil, respectivamente, e Kamla Persad-Bissessar como Primeira-Ministra de Trinidad e Tobago (CEPAL, 2013)

significativa aproximação com a classe trabalhadora e pelo envolvimento do governo nas questões de direitos humanos e soberania nacional.

Já no Chile, a vitória de Michelle Bachelet representou um aprofundamento do debate sobre igualdade de gênero no país. Símbolo de sua trajetória foi sua participação na ONU como representante das causas feministas. Bachelet ocupou o cargo de Subsecretária Geral e Diretora Executiva da ONU Mulheres, sendo a primeira na função desde o estabelecimento da instituição em 2010 permanecendo até 2013.

Considerando o momento vivido e conduzido por Kirchner e Bachelet, nosso objetivo neste trabalho é analisar se existe relação entre a eleição de mulheres para a presidência da República e o aumento ou incremento de políticas públicas que tratam sobre igualdade de gênero, ou seja, se há relação positiva entre o discurso e a prática. Para avaliar o grau de coesão entre as duas esferas serão usados como base os pronunciamentos de ambas as presidentas durante a abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas e as políticas implementadas no período analisado.

Frisamos que a Assembleia Geral da ONU foi escolhida por ser o local onde, anualmente, todos os chefes de Estado se reúnem para tratar sobre temas globais e questões de interesse nacional. Dada sua relevância internacional, é durante o discurso de abertura que os mandatários expõem os assuntos que tratarão ao longo do evento, sendo essa uma oportunidade para mapearmos a importância das questões colocadas e sua relação com a imagem política forjada pelas oradoras no âmbito da ONU.

Partindo de uma análise comparada serão usados como exemplos os casos de Cristina Kirchner, da Argentina, e Michelle Bachelet, do Chile. O período analisado é de cinco anos, começando em 2006. Para alcançar o objetivo principal pretendido pelo trabalho serão abordadas as principais políticas implementadas nos dois países, com foco na questão de gênero.

No caso Argentino, o destaque será para o *Consejo Nacional de las Mujeres* (CNM), para a Lei Nº 26.485/2009, que trata sobre a violência contra a mulher e a Lei de Cotas Legislativas (Lei Nº 24.012/1991). Já no Chile, analisaremos as políticas ministeriais implementadas por Bachelet, com foco na paridade de gênero e no fomento de políticas públicas na área de saúde, trabalhista e afins.

A metodologia empregue será a análise de fontes secundárias com base na leitura e crítica das principais políticas elaboradas no período, com ênfase na matéria legislativa e nas atribuições das instituições públicas. Também utilizaremos como instrumento o método de Análise de Discurso (AD), segundo as categorias dispostas por Van Dijk (2003) em estudo publicado por Coelho e Santos (2014).

A hipótese levantada pelo trabalho sugere que tanto na Argentina como no Chile, a eleição de mulheres para a presidência da República contribuiu para a ampliação de políticas públicas voltadas para igualdade de gênero e que esse giro político pode ser verificado através dos discursos das presidentas durante as Assembleias Gerais da ONU.

Ao final do trabalho, estima-se comprovar que houve um posicionamento mais assertivo das presidentas Cristina Kirchner e Michelle Bachelet em relação à questão de gênero e que essa postura foi essencial para dar mais visibilidade as reivindicações das mulheres tanto na Argentina como no Chile. E mais, que os discursos de ambas as presidentas evidenciou uma preocupação em relação à adoção de práticas igualitárias e próprias do movimento de mulheres.

## **2. O CASO KIRCHNER**

Cristina Kirchner foi eleita presidente da Argentina, pela Frente para a Vitória (FpV) - Partido Justicialista em 2007. Em seu primeiro discurso como presidenta, durante a 63ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Cristina enfatizou o fato de ser a primeira mulher eleita no país:

“Senhores chefes e chefas de Estado, chefes e chefas de Delegação; senhor presidente desta Assembleia: em meu caráter de primeira mandatária mulher eleita na história de meu país, me dirijo a esta honorável Assembleia abordando como primeiro tema de minha intervenção a questão dos direitos humanos”<sup>4</sup> (tradução nossa) (KIRCHNER, 2008).

Antes de sua vitória na corrida presidencial, no entanto, podemos dizer que o cenário político na Argentina foi muito favorável a Cristina. Segundo Castañeda e Veiga

---

<sup>4</sup> “Señores jefes y jefas de Estado, jefes y jefas de Delegación; señor presidente de esta Asamblea: en mi carácter de primera mandatária mujer electa en la historia de mi país, me dirijo a esta Honorable Asamblea abordando como primer tema de mi intervención la cuestión de los derechos humanos.”

(2012) em 2005, Kirchner “era a figura política com a melhor imagem na Argentina, superando até mesmo a de Néstor”, seu antecessor. Essa marca pode ser explicada pelo estável e notável desempenho de Cristina no Poder Legislativo.

Ao longo de sua trajetória política, Cristina Kirchner participou de diversos debates envolvendo os Direitos Humanos e a justiça social, tanto no âmbito nacional como internacional. Sua caminhada política é muito anterior à sua chegada a Casa Rosada<sup>5</sup>. Em 1989, foi eleita Deputada da província de Santa Cruz, pelo Partido Justicialista, sendo reeleita para o cargo em 1993 e 1995. Nesse período ocupou a presidência da Comissão de Assuntos Constitucionais, Poderes e Regulamentos.

Em 1994 foi eleita representante da província de Santa Cruz para a Convenção Nacional Constituinte de Santa Fé. Começou a atuar como senadora em 1995. Desde então agiu como defensora dos Direitos Humanos. Permaneceu como senadora até 1997, quando renunciou para exercer o mandato de Deputada Nacional. Em 2001, foi novamente eleita como senadora de Santa Cruz.

Dentre os principais feitos de sua vida legislativa, podemos citar: o exercício da presidência da Comissão Bicameral Especial de Seguimento dos Atentados a Embaixada de Israel e ao Edifício da AMIA<sup>6</sup>, entre setembro e dezembro de 1999; a vice-presidência da Comissão Especial Investigadora sobre Atos Ilícitos vinculados a Lavagem de Dinheiro, em 2000; a participação na derrubada da lei de reforma trabalhista; e a participação na reforma do Código Nacional Eleitoral. Em 2005 foi eleita novamente senadora, desta vez pela província de Buenos Aires. Nessa oportunidade atuou como presidenta da Comissão de Assuntos Constitucionais do Senado.

De forma breve, podemos observar que a vida política de Cristina Kirchner foi construída no tempo em que esteve no Poder Legislativo. Com sua atuação conseguiu o apoio necessário do peronismo, sendo este o principal motivo de sua vitória na disputa pelo cargo presidencial. Nota-se que o principal eixo de atuação e mobilização de Cristina Kirchner foi *Direitos Humanos*, sendo este seu elo de ligação com alguns

---

<sup>5</sup> Biografia de Cristina Fernández de Kirchner. Disponível em < <http://www.cfkargentina.com/biografia-de-cristina-fernandez-de-kirchner/>> Acesso em 12 Mai. 2016

<sup>6</sup> Em 1992, 29 pessoas morreram em um atentado a Embaixada de Israel; em 1994, um atentado à Associação Mutual Israelita Argentina (AMIA), matou 86 pessoas. **Saiba como foi o atentado contra a AMIA.** Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1997/11/25/mundo/2.html>> Acesso em 03 Jun. 2016.

movimentos sociais da Argentina como *Las Madres y Abuelas de la Plaza de Mayo*. A chegada de Cristina Kirchner à presidência coincidiu com o crescimento e a retomada do debate sobre a igualdade de gênero em toda a América Latina

Especificamente na Argentina, em termos de visibilidade e amparo institucional podemos destacar a atuação do **Consejo Nacional de las Mujeres** (CNM). Desde 1992, o CNM foi uma via importante para as causas das mulheres, sendo recentemente incorporado à luta pelo combate contra a violência de gênero. A promulgação da **Lei Nº 26.485** em 2009 estabeleceu uma política de erradicação da violência contra a mulher e estabeleceu a criação de uma ferramenta importante: a *Línea 144*. Somadas a essas duas frentes de ação política estão as cotas legislativas, que desde o final dos anos 90 são responsáveis por um avanço considerável no nível de representação das mulheres na Argentina.

## **2.2 O CONSEJO NACIONAL DE LAS MUJERES, A LEI Nº 26.485/2009 E AS POLÍTICAS DE KIRCHNER**

O *Consejo Nacional de las Mujeres* é um organismo vinculado ao *Consejo Nacional de Políticas Sociales* da Argentina. É responsável pela implementação de políticas públicas em matéria de prevenção, sanção e erradicação da violência contra as mulheres. No âmbito do Conselho as políticas são elaboradas com o objetivo de contribuir para a superação das diversas formas de discriminação contras as mulheres e promover as condições sociais adequadas que garantam o exercício pleno de seus direitos<sup>7</sup> (tradução nossa).

O CNM tem como finalidade “promover uma transformação sócio-cultural baseada na plena e igualitária participação das mulheres na vida social, política, econômica e cultural do país”<sup>8</sup>. Como objetivos específicos, o *Consejo* aponta: 1) a legitimação,

---

<sup>7</sup> “El Consejo Nacional de las Mujeres es el organismo rector de las políticas públicas en materia de prevención, sanción y erradicación de la violencia contra las mujeres. Estas políticas se encaminan a contribuir con la superación de las diversas formas de discriminación hacia las mujeres y promover las condiciones sociales adecuadas que les garantizan el ejercicio pleno de sus derechos. Trabajamos por una transformación social destinada a hacer efectivas la equidad y la igualdad entre los géneros, condición imprescindible para vivir una vida libre de violencias.” Disponível em <<http://www.cnm.gov.ar/Institucional/QueEsEICNM.html>> Acesso em 25 Mai. 2016.

<sup>8</sup>**Objetivos do Conselho Nacional de Mulheres.** Disponível em <<http://www.cnm.gov.ar/Institucional/ObjetivosCNM.html>> Acesso em 13 Jun.2016

perante a sociedade, da relevância da equidade de gênero para o fortalecimento da democracia; 2) o incentivo a políticas públicas com perspectiva de gênero; 3) o monitoramento do efetivo cumprimento dos tratados internacionais; 4) o trabalho conjunto com organizações não-governamentais e da sociedade civil e; 5) o fortalecimento do vínculo com o Poder Judiciário e Legislativo.

De fato, as ações propostas pelo *Consejo* abrangem uma notória quantidade de políticas voltadas para a igualdade de gênero. Porém em termos de atuação concreta, o Conselho foi mais ativo nos anos 90. No momento de sua criação o Conselho detinha o status de Subsecretaria, estando vinculado ao presidente da República. Como uma demanda do movimento feminista à época, o Conselho foi criado em 1992 em vistas de ser um espaço governamental responsável pelo cumprimento da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher<sup>9</sup> no país. Contudo, a Convenção só foi assinada nos anos 2000 e ratificada em 2007.

Com Cristina Kirchner, as políticas voltadas para as mulheres adquiriram um maior peso, apesar do papel institucional desempenhado pelo *Consejo Nacional de las Mujeres* ter sido pouco fomentado durante seu primeiro mandato. Em 2007 o orçamento do Conselho ficou em torno de dois milhões de pesos; em 2008 chegou a cinco milhões. Das ações que contaram com a participação, direta ou indireta do Conselho, podemos destacar<sup>10</sup>, apenas em 2008: a criação da *Comisión Especial Banca de la Mujer* no âmbito do *Senado de la Nación*; a criação do *Consejo de Políticas de Género y Observatorio sobre la Integración de la Mujer en las Fuerzas Armadas* no âmbito do Ministério da Defesa e; a Coordenação de Equidade de Gênero e Igualdade de Oportunidades no Trabalho (do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridade Social).

Já em 2009 as principais ações desenvolvidas pelo governo nacional incluíram: na área da saúde, o Plano de Redução da Mortalidade Materna e Infantil; a **Lei Nº26.485**, de proteção, assistência e erradicação da violência contra a mulher e; o Observatório Nacional de Violência Contra as Mulheres, no âmbito do CNM. No ano de 2010 foram implementadas mais políticas assistenciais na área da saúde, com foco na saúde sexual e reprodutiva, com destaque para a parceria entre o CNM e o ANSES (*Administración*

---

<sup>9</sup>¿Dónde está el Consejo Nacional de la Mujer? <http://www.pagina12.com.ar/diario/sociedad/3-105523-2008-06-06.html> Acesso em 13 Jun. 2016.

<sup>10</sup>Síntese de Notícias – Consejo Nacional de Mujeres. Disponível em [http://www.cnm.gov.ar/Noticias/Noticias\\_Sept\\_Oct\\_2015.html](http://www.cnm.gov.ar/Noticias/Noticias_Sept_Oct_2015.html) Acesso em 19 Mai. 2016



*Nacional de La Seguridad Social*) no convênio para a incorporação da perspectiva de gênero ao sistema de proteção social.

Em 2011 outras questões foram abordadas, como o reconhecimento de Eva Perón na fachada do Ministério de Desenvolvimento Social; a designação de Beatriz Rojkés como primeira mulher presidenta provisória do Senado e a assinatura do Protocolo de Atenção Integral a Pessoas Vítimas de Violência Sexual, no âmbito do Ministério da Saúde.

A **Lei Nº 26.485** - Lei de Proteção Integral para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra as Mulheres - promulgada em 2009 foi um avanço em termos de políticas públicas. O marco legislativo foi resultado do esforço coletivo e anos de trabalho de organizações sociais e movimentos de mulheres. Designou o *Consejo Nacional de las Mujeres* como o organismo encarregado das políticas públicas voltadas ao combate da violência de gênero. Junto a Lei, podemos destacar a criação da *Línea 144*<sup>11</sup>, destinada a coletar informações, orientações e assessoramento às mulheres em situação de violência no país. A equipe que atua na Linha é composta, em sua maioria, por psicólogas e assistentes sociais, sendo esta uma frente de acolhimento e atendimento aos casos de violência contra a mulher em praticamente todas as regiões do país.

### 2.3 A POLÍTICA DE COTAS NO LEGISLATIVO

Sabendo que as ações afirmativas são um tipo de política focalizada, temporária e que visa corrigir desigualdades de gênero, raça, classe social, etc, as cotas legislativas atuam na esfera política na tentativa de facilitar o acesso a grupos excluídos às instâncias de poder. As demandas mais intensas para a criação e legalização desse mecanismo especialmente para as mulheres se fez mais presente no final do século XX, sendo fortemente influenciadas pelas demandas do movimento feminista (MATOS, 2007).

É possível identificar, de acordo com Matos (2007), sobretudo através de uma análise internacional, diferentes tipos e formatos de cotas. Existem, por exemplo, as

---

<sup>11</sup> **Qué es y cómo funciona la línea telefónica 144.** Disponível em <<http://www.cnm.gov.ar/Varios/Linea144.html#qcflt>> Acesso em 24 Jun. 2016

**cotas legais de gênero**, consolidadas através das Constituições nacionais ou em leis eleitorais e as **cotas voluntárias nos partidos**, que diferem em seu formato por sua previsão, atuando nas listas, no recrutamento de candidaturas ou na composição dos diretórios do partido (MATOS, 2007)

Segundo o Observatório da Igualdade de Gênero (OIG) da CEPAL, a **autonomia na tomada de decisões** “é um conceito que se refere à presença das mulheres nos diversos espaços deliberativos dos níveis de poderes do Estado e às medidas orientadas a promover sua participação plena e em igualdade de condições” (grifo nosso) (CEPAL, 2013). No caso argentino, a política de cotas foi um mecanismo eficiente para a elevação desse critério. Conforme apontado pela Comissão, “a participação de mulheres nas legislaturas aumentou em quase todos os países da América Latina nas últimas duas décadas, o que se deve em grande medida à ação afirmativa, neste caso particular às leis de cotas” (CEPAL, 2013).

Ainda de acordo com o OIG da CEPAL, a mudança cultural e política que representa a eleição democrática de mulheres para a presidência, assim como o número crescente de candidatas com possibilidades de serem eleitas, é significativo se considerarmos que na Argentina, o período transcorrido entre a obtenção do direito de voto e a eleição de uma mulher na presidência foi de 60 anos (CEPAL, 2013). Nesse sentido, a eleição de Cristina Kirchner foi importante tanto por sua ligação com as causas progressistas como pelo simbolismo de ser uma mulher chefiando o Poder Executivo nacional.

Na Argentina, a Lei de Cotas (Lei Nº24.012) foi promulgada em 1991. No entanto, a participação feminina foi incentivada pela conquista do sufrágio universal ainda em 1945 durante o governo de Perón. Em 1994, a lei eleitoral que instituiu a política de cotas para mulheres se tornou uma emenda à Constituição Federal. Em seu texto original, a Lei Nº 24.012/91, visava garantir a inclusão de, no mínimo, 30% de candidatas mulheres nas listas partidárias (MATOS, 2007).

Pensando no caso argentino podemos dizer que essas políticas foram impulsionadas pelo debate internacional a cerca da importância das cotas legislativas. O país é hoje uma das referências em termos de representação política feminina na

América Latina. Em 2015, das 329 cadeiras do Congresso argentino, 35,8% foram ocupadas por mulheres segundo o Observatório de Igualdade de Gênero da CEPAL<sup>12</sup>.

O ônus dessa questão está no fato da não valorização da identidade de grupo. As cotas, como ações afirmativas, não têm a finalidade de desestabilizar os padrões de valorização cultural, já que “estas ações objetivam permitir a competição em igualdade de condições, de indivíduos com diferentes preferências, por bens, recursos e oportunidades”. (MATOS, 2007, p 4).

A possibilidade de mulheres poderem votar – e serem votadas na Argentina – foi impulsionada por Eva Perón, quando esta era vice-presidente da República. O posicionamento político de Evita incentivou e inspirou centenas de mulheres, na primeira onda do feminismo argentino, baseado na luta por direitos básicos, como o voto. Com Cristina Kirchner não foi diferente. Apesar de não estar intimamente ligada as causas feministas, Cristina inovou ao incentivar a ampliação e a criação de novas frentes de ação política para as mulheres no país, com a participação do *Consejo Nacional de las Mujeres*.

## 2.4 DISCURSOS NA ONU

Segundo Coelho e Santos (2014: 130), a Análise do Discurso ou simplesmente AD, “empreende uma leitura atenta não só dos elementos textuais que compõem o instrumento da pesquisa, mas também observa o contexto em que este se insere na busca de compreender sua organização, conteúdo e funções”.

Para este trabalho especialmente, partindo da pesquisa desenvolvida por Coelho e Santos (2014), recorreremos às categorias de análise empreendidas por Van Dijk (2003). De acordo com Coelho e Santos “a Análise ideológica da linguagem e do discurso, como é definida a abordagem desenvolvida por Van Dijk, enfatiza o papel que a ideologia exerce na construção discursiva”. Neste caso, ao analisarmos os discursos de Cristina Kirchner e Michelle Bachelet buscamos compreender a maneira como as presidentas se

---

<sup>12</sup> Poder Legislativo: porcentagem de mulheres no órgão legislativo nacional: Câmara baixa ou única. Disponível em < <http://oig.cepal.org/pt/indicadores/poder-legislativo-porcentagem-mulheres-no-orgao-legislativo-nacional-camara-baixa-ou>> Acesso em 17 Mai. 2016.

posicionam no âmbito das Assembleias da ONU e quais são os temas que julgam ser relevantes para a ocasião.

Dos cinco mecanismos propostos por Van Dijk (2003) e Flores (2007) para a Análise do Discurso, utilizaremos apenas um para sustentar nossa argumentação: os *temas*. Em linhas gerais, os temas mostram a ênfase empregada em determinados assuntos e nos ajudam a identificar o grau de importância atribuído a certos tópicos ao longo dos discursos. Segundo Coelho e Santos, “a omissão de determinados temas demonstram a adoção de medidas que impeçam a emergência de fatores que favoreçam a imagem do ‘Eles’” (COELHO & SANTOS, 2014:131).

A distinção entre “Nós” e “Eles” está presente na maioria dos discursos e marca uma lógica dual que estabelece uma comparação voltada para a exaltação do “Nós” em detrimento do “Eles”. Partindo desta perspectiva, conseguimos pontuar as questões importantes para a manutenção de uma imagem positiva do “Nós”. Assim, ao analisarmos os discursos de Cristina Kirchner conseguimos identificar os temas imprescindíveis para a formação de uma boa imagem política, econômica e social da Argentina em âmbito internacional, vejamos:

**QUADRO 1 - Análise de Discurso Cristina Fernández de Kirchner (2008-2011)**

<b>Ano</b>	<b>Temas</b>
<b>2008</b>	Direitos Humanos; Tratado sobre o Desaparecimento Forçado de Pessoas; <i>Abuelas de la Plaza de Mayo</i> ; Ditadura; Atentados à Embaixada de Israel e AMIA; Reformulação de Organismos Multilaterais; Crise de 2008; Ilhas Malvinas
<b>2009</b>	Crise de 2008; Manuel Zelaya; Democracia e Direitos Humanos; Meio Ambiente; Ilhas Malvinas; Atentados à Embaixada de Israel e AMIA; Direitos Humanos; Liberdade de Expressão; Povo Palestino; G-20 e Organização Internacional do Trabalho
<b>2010</b>	Crise Econômica Global; Meio Ambiente; Paz Mundial e Segurança Internacional; Reforma dos Organismos Multilaterais de Crédito; Fundos Abutre; Palestina; Terrorismo Internacional; Direitos Humanos; Ilhas Malvinas; Conselho de Segurança da ONU; Igualdade
<b>2011</b>	Reforma de Organismos Multilaterais de Crédito e Organismos da ONU; Dívida Externa Argentina; <i>Commodities</i> ; Transformações Políticas; Sistema Financeiro Internacional; Conselho de Segurança da ONU; Palestina; Ilhas Malvinas; Atentados à Embaixada de Israel e AMIA

**Fonte:** Organização das Nações Unidas (Elaboração Própria)

Podemos perceber que um tema recorrente dos discursos de Cristina Kirchner nas Assembleias é o atentado à embaixada de ISRAEL/AMIA. Isso se deve ao fato de Cristina ter participado ativamente das questões envolvendo a resolução desse tema em âmbito nacional, sendo uma das legisladoras mais atuantes nesse aspecto.

Quanto ao debate sobre igualdade de gênero vemos que este não é um tema que assume uma posição de destaque durante os discursos de Kirchner. A Assembleia Geral da ONU mostra-se, portanto, como um espaço de deliberação voltado para questões internacionais e resolução de conflitos, pouco aberta ao debate sobre a igualdade de gênero, sobretudo no caso Argentino, como visto anteriormente.

### 3. O CASO BACHELET

Em 2006 o Chile elegeu sua primeira presidente mulher. Michelle Bachelet foi eleita com 53,49% dos votos<sup>13</sup>, causando certo estranhamento da mídia internacional e nacional. Para os analistas, o Chile era tido como um dos países mais conservadores da América Latina. Antes de ser presidenta, Michelle havia sido Ministra da Saúde no governo de seu antecessor, Ricardo Lagos, e Ministra da Defesa, cargo que nunca havia sido ocupado por uma mulher na história do país.

Segundo Garretón (2011), o governo de Bachelet passou por três etapas bem definidas: a primeira seria ligada a um novo estilo de governo cidadão - atendendo demandas populares -, o segundo seria um processo de recomposição - com forte ênfase na crise econômica, políticas de proteção e sua agenda de gênero - e a última voltada para a eleição de um sucessor.

Antes de adentrar nas ações focadas em gênero de Michelle, Garretón (2011) apresenta um questionamento acerca da composição do voto que elegeu a primeira presidenta chilena. Comparando os votos entre homens e mulheres, e, posteriormente analisando-os face aos opositores de Bachelet, o autor chegou a conclusão que o gênero não foi um dos fatores decisivos para sua eleição.

Ainda segundo o autor, contando com uma votação, no primeiro turno, de 47% feminina e 53% no segundo turno,

---

<sup>13</sup>La socialista Bachelet gana las elecciones presidenciales de Chile. Disponível em <[http://internacional.elpais.com/internacional/2006/01/16/actualidad/1137366001\\_850215.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2006/01/16/actualidad/1137366001_850215.html)>

“obteve-se uma maior diferença a seu favor entre os homens se comparada com o candidato da direita; o que faz difícil observar um voto de gênero. Em outras palavras, na medida que as eleições dentro do cenário herdado do plebiscito, as opções *Derecha-Concertación* (GARRETÓN, 2010c) tendem a opacar outras dimensões como o gênero” (tradução nossa) (GARRETÓN, 2011, p.297)<sup>14</sup>.

Apesar de não ter sido um voto baseado no gênero, Bachelet teve como uma das maiores preocupações a igualdade de gênero. Em uma análise geral, Garretón (2011) destaca a luta da presidenta em relação aos direitos reprodutivos e sexuais, assim como iniciativas legislativas em relação à violência doméstica, participação política das mulheres, entre outros.

Segundo Helena Almeida (2010), quando tomou posse em 11 de março de 2006 “centenas e milhares de mulheres tomaram as ruas do Chile, sorrindo e confiantes usando a faixa de presidente sobre suas roupas com o sentimento que todas elas eram ganhadoras naquele dia” (ALMEIDA, 2010, p.25). Entretanto, como pontua a autora, não seria advinda das massas populares masculinas que a presidenta iria encontrar desafios, mas sim de uma elite política, econômica e intelectual chilena.

Para Daniela Cerva (2008) Bachelet “tinha consciência de gênero, o que se expressa não só na forma como está exercido o poder, senão ademais em seu conteúdo” (tradução nossa)<sup>15</sup> (CERVA, 2008, p.26). A autora prossegue pontuando que as medidas da agenda de governo propostas por Bachelet tinham como foco a paridade salarial, creches para as trabalhadoras, combate à violência contra a mulher, reforma no sistema previdenciário de acordo com o gênero, além de mudanças nas leis de assédio sexual, direitos reprodutivos e sexuais (CERVA, 2008).

Reafirmando sua agenda feminista, uma das primeiras atitudes de Bachelet foi procurar a paridade dentro de seu gabinete (SILVA; PARADIS, 2015). Logo que assumiu a presidência, Bachelet nomeou dez ministras dentro do seu governo, dando à elas

---

<sup>14</sup> “obtuvo una mayor diferencia a su favor entre hombres respecto del candidato de derecha; todo lo cual hace difícil pensar que hubo un voto de género. Dicho de otra manera, en la medida en que las elecciones se mueven dentro del escenario heredado del plebiscito, las opciones Derecha-Concertación (Garretón, 2010c) tienden a opacar otras dimensiones como las de género” (Garretón, 2011, p.297).

<sup>15</sup> “(...) tiene consciencia de género, lo que expresa no solo en la forma que está ejerciendo el poder, sino además en su contenido”

ministérios como da Defesa, Economia, Secretária Geral da Presidência, entre outros (CERVA, 2008)

Mesmo com a surpresa inicial, a mídia chilena não foi amena ao tratar da presidente. Segundo Almeida (2010), muitas vezes Bachelet foi tratada apenas como “gordinha”, de forma pejorativa, como uma forma de diminuir a relevância de sua imagem pública. Não só fazendo críticas à sua imagem, a mídia não poupou esforços em atacar fortemente sua forma de governar sempre questionando sua inteligência e suas capacidades. Prevendo uma gestão fraca, alguns meios de comunicação colocaram que ela seria a culpada se não houvesse outra mulher na presidência chilena.

Entretanto, os níveis de aprovação da presidente no final do seu mandato contrariaram as predições da mídia. Segundo Garretón (2011), o aumento da popularidade de Bachelet entre as mulheres é notável se compararmos 2007, no qual obtinha 45,2% da aprovação feminina, e 2008, já com 79,3%. Segundo o autor, a principal característica que influenciou no aumento da popularidade da presidenta foi “sua preocupação com os problemas das mulheres (86,4%)” (GARRETÓN, 2011, p.298). Para além do aumento da sua popularidade, a sua agenda de gênero foi amplamente reconhecida com 80,9% da população notando mudanças concretas nos direitos femininos (GARRETÓN, 2011).

Marcela Tobar (2009), Silva e Paradis (2015) reiteram o ativismo feminista da presidente ao afirmarem que em seu primeiro discurso ela teria utilizado a palavra “mulher” inúmeras vezes, incluindo duas grandes feministas chilenas durante sua fala. Entretanto, como já colocado aqui, as ações da presidente foram muito além da retórica, sendo consolidadas inúmeras práticas como o esforço para garantir a paridade de gênero em seu gabinete e as cotas legislativas.

Entre as intervenções legislativas comandadas/influenciadas por Bachelet, podemos destacar algumas como: a modificação do **Decreto 263**, que instituiu o Dia Nacional para a Eliminação da Violência Contra a Mulher; e o **Decreto 4029**, **Decreto 3759**, **Decreto 3115**, **Decreto 3139** que tinham como finalidade fortificar e conceder aspectos jurídicos e institucionais para a **Fundação de Desenvolvimento Integral da Mulher**; a **Lei 20166** que concedeu o direito das mães trabalhadoras de amamentar

seus filhos nos ambientes de trabalho; e a **Resolução 126** e o **Decreto 48** que trata sobre a saúde feminina durante a gravidez e o parto.

### 3.1. IGUALDADE PRESENTE

Como presidenta, Michelle Bachelet aumentou significativamente o orçamento do *Servicio Nacional de la Mujer* (SERNAM), criado em 1992 (SILVA; PARADIS, 2015). Com o fortalecimento do SERNAM, segundo Paradis (2013), o governo de Michelle estruturou a secretária com um forte nível hierárquico dentro da administração pública, sendo uma secretária com “autoridade máxima tem status de Ministério” (PARADIS, 2013, p.106).

Em âmbito internacional, Bachelet cumpriu um papel importante dentro da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), como representante do Chile, e, posteriormente, da ONU Mulheres, como Subsecretária Geral e Diretora Executiva. Durante os quatro anos que representou o Chile na Assembleia Geral, Bachelet, em seus discursos de abertura, apontou de forma amena os direitos das mulheres em apenas um de seus discursos em 2008.

Nas sessões da Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher da ONU, o Chile teve representantes nos anos de 2008, com a Ministra do Serviço Nacional da Mulher, Laura Albornoz Pollmann; e 2009, com o Coordenador Nacional da Comissão Nacional de Combate à AIDS, Anibal Hurtado. Na primeira ocasião Pollmann deixou claro o compromisso da presidente Bachelet com a autonomia feminina e procura pela igualdade dos sexos. Um dos dados apresentados pela ministra relacionava-se com o programa de combate à violência contra mulher, no qual 398 mulheres e cerca de 600 crianças teriam sido beneficiadas (POLLMANN, 2008).

Já no âmbito da saúde da mulher, durante o governo Bachelet, o Chile segundo a ministra, teria incorporado ao plano de saúde universal a prestação de saúde a doenças como câncer de mama e de útero, depressão, saúde oral, dentre outros. Em seu discurso retrata, ainda, a luta pelas cotas legislativas que estava sendo colocada à votação no parlamento. No que toca as mulheres trabalhadoras, Bachelet aprovou o *Código de Buenas Prácticas Laborales* que busca a equiparação de gênero nas repartições públicas (POLLMANN, 2008)



Em 2009, Anibal Hurtado deixou claro o compromisso da presidenta com a necessidade de aumentar o número de mulheres nas forças de manutenção à paz, pontuando que só assim as mulheres teriam um atendimento adequado, principalmente em relação à AIDS. No que tange ao combate a doença no ambiente interno, Hurtado atentou para os programas do governo voltados apenas para mulheres, com foco nas grávidas. (HURTADO, 2009)

### 3.2. DISCURSOS NA ONU

O posicionamento de Michelle Bachelet foi próximo ao de Cristina Kirchner em relação aos temas abordados. A crise de 2008 e as questões econômicas continuaram sendo os principais temas abordados durante os pronunciamentos da presidenta.

**QUADRO 2 - Análise de Discurso Michelle Bachelet (2006-2009)**

<b>Ano</b>	<b>Temas</b>
<b>2006</b>	Ditadura Militar; Direitos Humanos; Fome e Pobreza; Terrorismo; Oriente Médio; Reforma das Nações Unidas
<b>2007</b>	Multilateralismo; Desarmamento; Direitos Humanos; Mudanças Climáticas; Equidade Social; Pobreza
<b>2008</b>	Metas de Desenvolvimento do Milênio; Crise de 2008; Desenvolvimento Econômico; Crescimento Econômico e Social Chileno; Cooperação Latino-Americana; UNASUL
<b>2009</b>	Direitos Humanos; Crise de 2008; Crise Ambiental; Fome; Neoliberalismo; Reunião do G-20; Multilateralismo; Democracia na América Latina

**Fonte:** Organização das Nações Unidas (Elaboração Própria)

Tendo em vista o método de análise já colocado nesse estudo, proposto por Van Dijk (2003) e Flores (2007), sabemos que é através da distinção entre 'Nós' e 'Eles' que podemos avaliar os pontos fortes do discurso. Assim, na tentativa de demonstrar os avanços do 'Nós' e na solidificação da posição do país no cenário internacional, existem alguns temas em destaque.

Esses temas - como podemos observar no Quadro 2 - são: a Crise de 2008, os Direitos Humanos e a Multilateralidade, sem tocar nos direitos das mulheres. Se

comparados com o discurso de posse de Bachelet, percebe-se um comportamento diferenciado. Ao passo que internamente a presidenta faça um programa de governo no qual evidencia a figura da mulher e os direitos das mulheres, externamente não há a mesma preocupação em relação ao tema.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi discutido e analisado ao longo deste trabalho sobre a atuação das presidentas Cristina Kirchner e Michelle Bachelet podemos observar uma diferenciação em relação a promoção de ações e políticas públicas voltadas para as mulheres. O posicionamento assertivo de ambas as presidentas foi maior no âmbito interno do que externo. Comparando com seus discursos nas Assembleias Gerais da ONU e sua atuação dentro de seus países, percebemos uma maior apatia no ambiente internacional se comparado ao doméstico.

Seja lutando pela aceitação das cotas legislativas para mulheres, no caso da presidenta chilena, aumentando a participação e força das respectivas instituições voltadas para a mulheres e diminuição das desigualdades, ou melhorando os mecanismo de saúde da mulher e de erradicação do violência contra a mulher, no caso argentino, as duas presidentes atuaram de forma precisa e constante para assegurar os direitos das mulheres.

Todavia, internacionalmente, ausentando-se do assunto ou transferindo para outra esfera a discussão, elas não atuaram de forma tão contundente como se era esperado. Os assuntos de maior interesse que podemos perceber se comparamos os discursos das duas são de cunho econômico - como as crises econômicas pós 2008 -, geopolíticos - como o G-20 e a necessidade de mecanismos multilaterais-, passando por temas mais históricos - como as ditaduras militares que os dois países sofreram -, e que os que focavam em direitos humanos de uma forma geral – com ênfase na necessidade de resolver os problemas com fome ou no aprimoramento geral e cumprimento dos direitos humanos -, finalizando com apelos em relação ao meio ambiente e o terrorismo.

Tanto Michelle Bachelet quanto Cristina Kirchner não colocaram em seus discursos os avanços nos direitos das mulheres em seus respectivos países e tampouco questionaram o machismo presente dentro da própria ONU. A criação, em 2010, da

ONU Mulheres, pode ser vista como uma forma de lutar contra esse problema colocado, mas essa foi uma solução que se deu de forma descentralizada, colocando a responsabilidade sobre outra instituição, deixando o espaço da Assembleia Geral fora desse conflito.

Concluimos, portanto, que, por mais que internacionalmente não houvesse uma correspondência direta, a eleição de mulheres para a presidência da República nos dois países foi benéfica para a ampliação dos direitos e das políticas públicas voltadas para as mulheres. Ainda que ainda existam várias demandas a serem concretizadas, como a descriminalização do aborto - que está sendo pautando de forma mais explícita no segundo mandato de Bachelet no Chile - e diminuição da violência contra mulher, os países presenciaram duas lideranças femininas que abriram portas para as mulheres e suas demandas.

Hoje podemos reconhecer conquistas, mas também é possível analisar a situação desigual da participação das mulheres entre países, comprovar a ausência de mecanismos de participação política em alguns e continuar formulando recomendações aos Estados, para promover os direitos políticos das mulheres. Os casos de Argentina e Chile nos mostram que a representatividade é apenas o primeiro passo.

## REFERÊNCIAS

**ALMEIDA, Helena.** *O Feminismo na América Latina: Influência na ascensão da mulher ao poder político*. Belo Horizonte: Uni - BH. Artigo (Bacharel em Relações Internacionais), Programa de Bacharel em Relações Internacionais do Centro Universitário de Belo Horizonte. Belo Horizonte, 2010.

**ARGENTINA.** Consejo Nacional de las Mujeres. *Manual de la Ley Nº26.485*. Disponível em < <http://www.cnm.gov.ar/MaterialDeDifusion/ManualLey26485.pdf> > Acesso em 10 Mai. 2016

**BACHELET, Michelle.** *Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 61ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas*, realizado em Nova Iorque, 20 de setembro de 2006. Disponível em: <<http://www.un.org/webcast/ga/61/pdfs/chile-s.pdf>> Acesso em: 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 62ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas**, realizado em Nova Iorque, 25 de setembro de 2007. Disponível em <<http://www.un.org/webcast/ga/62/2007/pdfs/chile-sp.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 63ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas**, realizado em Nova Iorque, 24 de setembro de 2008. Disponível em:< [http://www.un.org/ga/63/generaldebate/pdf/chile\\_en.pdf](http://www.un.org/ga/63/generaldebate/pdf/chile_en.pdf)>. Acesso em: 22 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 64ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas**, realizado em Nova Iorque, 23 de setembro de 2009. Disponível em: [http://www.un.org/ga/64/generaldebate/pdf/CL\\_es.pdf](http://www.un.org/ga/64/generaldebate/pdf/CL_es.pdf). Acesso em: 22 de junho de 2016.

**CASTAÑEDA**, Eugênia C.G; **VEIGA**, Luciana F. **A construção da imagem de Cristina Kirchner e de Dilma Rousseff nas eleições presidenciais**. Em Debate, Belo Horizonte, v.4, n.3, p.57-65, jun. 2012. Disponível em <[http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo\\_EugeniaLuciana12.pdf](http://www.opiniaopublica.ufmg.br/emdebate/Artigo_EugeniaLuciana12.pdf)> Acesso em 13 Mai. 2016.

**CERVA**, Daniela; **Michelle Bachelet: Un Nuevo Liderazgo Político en Chile**. In CEJAS, Mónica; Igualdad de género y participación política: Chile, China, Egipto, Liberia, México y Sudáfrica; México D.F.:El Colegio de México; 2008; p.19-27

**COELHO**, A.L & **SANTOS**, V.S. **A análise da política externa do governo Dilma Rousseff na perspectiva dos pronunciamentos oficiais na ONU**. Mural Internacional, v.5, n.2, Jul-Dez, 2014.

**COMISSÃO PARA ASSUNTOS ECONÔMICOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE - CEPAL**; Relatório Anual: Os bônus na mira – Aporte e carga para as mulheres. Observatório da Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe. Organização das Nações Unidas, 2013. Disponível em <[http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35446/1/S2013192\\_pt.pdf](http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/35446/1/S2013192_pt.pdf)> Acesso em 12 Jun. 2016.

FLORES, F. I. P. (2007). *Ideologia e política externa do Brasil e do México frente às opções de integração regional (1990 – 2006)* / Fidel Irving Pérez Flores - Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS.

GARRETÓN, Manuel Antonio. *Liderazgo de género y fin de un ciclo político en Chile. El gobierno de Michelle Bachelet*. Buenos Aires:Prometeo. p.283-307. Buenos Aires, 2011. Disponível em <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/qt/20120404122920/cheresky-cap8.pdf>>

HURTADO, Anibal. **Discurso no Debate Geral da 53ª Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher**, realizado em Nova Iorque, 4 de março de 2009. Disponível em:<[http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw53/statements\\_missions/Chile.pdf](http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw53/statements_missions/Chile.pdf)>. Acesso em: 30 de junho de 2016.

KIRCHNER, Cristina F. **Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 63ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas**, realizado em Nova Iorque, 16 de setembro de 2008. Disponível em: [http://www.un.org/ga/63/generaldebate/pdf/argentina\\_es.pdf](http://www.un.org/ga/63/generaldebate/pdf/argentina_es.pdf) Acesso em: 20 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 64ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas**, realizado em Nova Iorque, 23 de setembro de 2009. Disponível em <[http://www.un.org/ga/64/generaldebate/pdf/AR\\_es.pdf](http://www.un.org/ga/64/generaldebate/pdf/AR_es.pdf)> . Acesso em: 22 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 65ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas**, realizado em Nova Iorque, 24 de setembro de 2010. Disponível em:<[http://www.un.org/en/ga/65/meetings/generaldebate/Portals/1/statements/634213532672500000AR\\_es.pdf](http://www.un.org/en/ga/65/meetings/generaldebate/Portals/1/statements/634213532672500000AR_es.pdf)> Acesso em: 19 de junho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Discurso na sessão de abertura do Debate Geral da 66ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas**, realizado em Nova Iorque, 21 de setembro de 2011. Disponível em [http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/AR\\_es.pdf](http://gadebate.un.org/sites/default/files/gastatements/66/AR_es.pdf) . Acesso em: 22 de junho de 2016.

MATOS, Marlise; CYPRIANO, Breno; BRITO, Marina. *Cotas de gênero para o reconhecimento das mulheres na política: um estudo comparado ações afirmativas no*

**Brasil, Argentina e Peru.** XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em [http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=478&Itemid=171](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=478&Itemid=171) Acesso em 12 Fev. 2016.

**PARADIS**, Clarisse Goulart. *Entre o Estado patriarcal e o feminismo estatal: O caso dos mecanismos institucionais de mulheres na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG. Dissertação (Pós-Graduação em Ciência Política), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

**POLLMANN**, Laura Albornoz. **Discurso no Debate Geral da 52ª Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher**, realizado em Nova Iorque, 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: [http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw52/statements\\_missions/chile.pdf](http://www.un.org/womenwatch/daw/csw/csw52/statements_missions/chile.pdf). Acesso em: 30 de junho de 2016.

**PRA**, Jussara Reis. *Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo*. Cad. Pagu, Campinas, n.43, p.169-196. 2014. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332014000200169&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332014000200169&lng=en&nrm=iso) . Acesso em 23 Jun.2016

**RIAL**, Carmen Sílvia Moraes; **GROSSI**, Miriam Pillar. *Nem Deus, nem amo, nem marido: uma trajetória do feminismo na Argentina - entrevista com María Luisa Femenías*. Rev. Estud. Fem., Florianópolis , v. 17, n. 3, p. 717-738, Dec. 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2009000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 21 Mai. 2016.

**SILVA**, Eduardo M; **PARADIS**, Clarisse Goulart. *Movimentos sociais, gênero e protestos: um balanço da literatura em três países latino-americanos*. In: 1º Seminário Internacional de Ciência Política, 2015, Porto Alegre. Anais I SICP 2015, 2015.

**VAN DIJK**, T. A. *Ideology and discourse. A Multidisciplinary Introduction*. Pompeu Fabra University, Barcelona, 2003.